

**COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS
E MUNICIPAIS (CMM)**

14.08.2019

**COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS
E MUNICIPAIS (CAMM)**

14.08.2019

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - A reunião ordinária da Comissão de Assuntos Metropolitanos da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura. Eu registro com muito prazer a presença dos deputados Mauro Bragato, que é hoje membro efetivo da Comissão, deputado Estevam Galvão, deputado Jorge do Carmo, deputado Luiz Fernando, deputado Douglas Garcia e deputado Coronel Nishikawa. Agradeço a presença dos deputados e já agradeço a presença do nosso secretário Marco Vinholi, secretário do desenvolvimento regional, aqui presente, já compondo a Mesa.

A presente reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o secretário do desenvolvimento regional do estado de São Paulo, Marco Vinholi, para fim de prestar contas do andamento da sua gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento das ações, programas e metas da Secretaria em cumprimento ao disposto no artigo 52-A Caput da Constituição do Estado de São Paulo. Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pela ordem, deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Está concedida a dispensa e considerada aprovada a Ata da reunião anterior. Registrado aqui também, com muito prazer, o deputado Sergio Victor e também o deputado Ricardo Mellão, obrigado pela presença dos nobres deputados e mais uma vez agradeço ao nosso secretário Marco Vinholi, grande amigo, já o parabenido, secretário, pelo trabalho que vem fazendo à frente da Secretaria junto ao nosso governador João Doria. Então, nós vamos abrir a palavra ao secretário para que ele faça a explanação e após nós abriremos às perguntas

dos nobres deputados. O.k.? Secretário, mais uma vez, Marco Vinholi, obrigado pela presença e a palavra é toda sua, obrigado.

O SR. MARCO VINHOLI - Bom dia a todos. É um prazer estar aqui na Assembleia, um prazer estar aqui com esses nobres deputados, muitos deles com os quais eu convivi aqui durante um período e estimo muito o trabalho que fazem pelo estado de São Paulo. Cumprimentar aqui aos funcionários da Assembleia, aos assessores parlamentares, a todos que acompanham esta reunião que desenvolve um trabalho também de excelência nesta Casa. Cumprimentar, de forma muito especial, o deputado Rafa Zimbaldi, presidente da Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais; saudar o deputado Coronel Nishikawa, o deputado Douglas Garcia, o deputado Ricardo Mellão, o deputado Sergio Victor, o deputado Luiz Fernando Ferreira, deputado Jorge do Carmo, deputado Estevam Galvão, deputado Mauro Bragato e o deputado Alex de Madureira, se juntando a nós nesse momento.

De forma breve, nós montamos aqui a apresentação, toda a equipe da Secretaria se preparou para poder contribuir o máximo possível com esta Comissão e com a Assembleia. A Secretaria do Desenvolvimento Regional é uma secretaria nova dentro do Governo do Estado, nós enxugamos o número de secretarias no Governo e criamos uma secretaria que no fundo juntou a parte de convênios da Secretaria de Planejamento, antiga Secretaria de Planejamento, e a antiga Secretaria de Assuntos Metropolitanos e depois subsecretaria, que ficava ali na Casa Civil. Dentro disso, uma mudança de visão, passando fundamentalmente para um conceito de desenvolvimento regional nas Regiões Metropolitanas dos aglomerados urbanos e nos municípios do estado de São Paulo como um todo. Então nós fizemos aqui a apresentação, eu vou falar de forma bem objetiva para poder dar o máximo de tempo possível e responder aos questionamentos dos parlamentares. Então a Cecília vai passando aí para a gente, por favor.

Bom, vamos lá. A Secretaria do Desenvolvimento Regional foi criada em 2019 com o intuito de fazer essa relação municipalista entre Estado e municípios, 645 municípios, e sobretudo obras na área de infraestrutura urbana. Encontramos, no início da gestão, em abril de 2018, um cancelamento de restos a pagar aqui no Estado. Com isso, aqueles recursos que estavam antes empenhados para cumprir as obrigações das obras de 2018 para trás foram cancelados e nós encontramos um passivo de aproximadamente 158 milhões de reais para poder cumprir de obras que tinham sido contratadas, mas não tinham mais o empenho orçamentário para isso – dá uma

segurada, senão vai passar muito rápido aí –, então esse decreto de 2/08 de 2018, na realidade foi agosto.

Com isso nós estamos avançando e paulatinamente quitando esse compromisso que o Estado tinha, usando do orçamento de 2019 para poder avançar nesse sentido e assim nós fizemos de forma republicana. Então, todas as cidades que tinham compromisso de até 200 mil reais em convênios nós fizemos uma primeira leva, aproximadamente 30 milhões de reais, deu 167 cidades, recompondo o recurso para poder cumprir aqueles convênios que tinham sido feitos em 2018. Fizemos de forma linear e todos aqueles municípios que tinham essa situação tiveram sua situação regularizada e o Governo cumprindo as obrigações assumidas no ano de 2018. Nós temos tido uma média de 15 dias de pagamento após aprovação das contas e fiscalização a cada final da etapa de obras. Até o final de julho nós já pagamos 131 milhões de reais para 318 cidades.

Conceito de liberação de recursos implementado ao longo deste ano: nós fizemos um grande seminário em junho lá no Palácio dos Bandeirantes e, dentro disso, nós chamamos todos os municípios do Estado abaixo de 100 mil habitantes, faixa populacional até 20 mil habitantes, de 20 a 50 mil e de 50 mil a 100 mil habitantes. Os municípios apresentaram as suas prioridades, e dentro disso o Governo dividiu o montante de recursos nessa liberação para que eles pudessem, dentro dessas prioridades, escolher aquilo que seria mais importante; 20 mil habitantes até 300 mil reais, 50 mil habitantes até 500 mil reais e de 50 a 100 até 700 mil reais no autorizo que nós fizemos lá no nosso seminário de junho.

Bom, aí são alguns dos novos programas que nós estamos implementando no Estado. É um conceito de poder trazer mais tecnologia, reduzir o custeio da Secretaria, do Governo como um todo, e avançar com um processo inovador dentro da relação entre Estado e municípios. Com isso, programa sem papel, que entra em vigor agora no mês de agosto, dia 22 nós iniciamos isso na Secretaria, passando de um conceito analógico para digital no registro de pleitos, no avanço dos convênios do Estado e podendo ter muito mais agilidade e menos custo na relação Estado-municípios.

O canal direto São Paulo Mais Perto é uma integração dos escritórios regionais, trazendo para um mesmo local os escritórios das regiões do estado de São Paulo, nós temos 15 regiões administrativas mais a capital e, dentro disso, a gente está trazendo o modelo Poupatempo. Hoje nós temos do balcão para fora, que nós chamamos modelo Poupatempo, atendendo o cidadão com mais agilidade, mais eficiência, e agora nós

estamos trabalhando nesse balcão para dentro, para poder trazer a mesma eficiência do Poupatempo na gestão com os municípios. E o nosso programa de parcerias municipais, que agora no próximo dia 22 de agosto, ao meio-dia, nós lançamos de pactuação e resultados com as prefeituras. Recursos, plano de trabalho e daí resultados medidos de um grande programa que nós vamos fazer agora. Programa de Cidades Inteligentes, depois eu vou passar um rápido vídeo que é um pouco desse guarda-chuva dos três programas.

Passando agora para a nossa Secretaria de Assuntos Metropolitanos, nós temos aqui o Marcos Campagnone, que é o subsecretário de assuntos metropolitanos, foi diretor da Emplasa, trabalha há mais de 20 anos na área metropolitana, desde o início do conceito – ele está meio velho já, o Marcos, mas... – desde o início do conceito das agências, do modelo de governança metropolitana, ele participou e com isso tem colaborado junto com a gente lá na Secretaria de Assuntos Metropolitanos.

Vocês podem ver – volta aí um pouquinho Cecília, a Cecília também está lá – ,nós temos aí a Região Metropolitana de São Paulo, da Baixada Santista, do Vale do Paraíba, de Campinas, de Sorocaba e de Ribeirão Preto, que foi a última região criada, e os aglomerados urbanos de Franca, de Jundiaí, de Piracicaba... São esses três, hoje formados nesse conceito de Regiões Metropolitanas e aglomerados urbanos.

Bom, esse é o arranjo institucional para essa governança. Nós temos aí, dentro da Secretaria de Assuntos Metropolitanos, esses conselhos de desenvolvimento, as agências metropolitanas e daí eu vou passar um pouquinho o que nós já temos de consolidação em torno disso, construída ao longo dos últimos 20 anos no estado de São Paulo, e o que nós entendemos como meta e como plano de trabalho para esse ano e o ano que vem avançar na questão metropolitana. Os fundos de desenvolvimento metropolitanos, alguns já funcionam muito bem, outros ainda estão engatinhando; eles têm uma governança compartilhada, ou seja, os municípios colocam recursos, o Estado coloca recurso, e daí a escolha desses projetos é feita de forma conjunta em cada uma das regiões metropolitanas. A Região Metropolitana de Campinas já tem isso de forma muito consolidada, a da Baixada Santista também de forma um pouco mais avançada e as outras regiões ainda engatinhando nesse modelo que nós, o Estatuto da MetrÓpole, a legislação nacional, estadual, dentro disso, entendem que é o modelo ideal.

As câmaras temáticas, especiais, e as câmaras temáticas, que trabalham fundamentalmente a consolidação daquilo que a gente aprova nos PDUIs, que são os Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado de cada uma das regiões, como se fosse o

nosso plano diretor, pensando em médio e longo prazo, em quais são as necessidades, quais vão ser os avanços nessas regiões metropolitanas e aglomerados.

Bom, aqui ele já está demonstrando na Região Metropolitana de São Paulo, que é a maior Região Metropolitana do País, e, dentro disso, nós estamos em um momento crucial para essa região. Nós temos em São Paulo, com a extinção da Emplasa, a necessidade da criação da agência, isso já era previsto na própria Emplasa, a criação da Agência Metropolitana de São Paulo. A ideia é que possa ser uma agência enxuta, mas que possa cumprir esse papel fundamental na maior região metropolitana do País.

Nós temos aqui também, historicamente, um fundo, que é o Fumefi, que ao longo dos anos faz a distribuição, sobretudo, acho que é desde 1978, faz a distribuição fundamentalmente nos municípios com os índices de pobreza mais altos, sejam aqueles conhecidos por nós. Aqui na Região Metropolitana de São Paulo existia um projeto de avançar com o modelo de compensação incluindo a questão ambiental, e nós estamos amadurecendo na Secretaria para poder apresentar para a Assembleia o modelo de fundo ideal, contemplando aqui os nossos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo e poder discutir com a Assembleia esse modelo ao longo dos próximos meses.

E o PDUI, que é o nosso Plano Diretor Urbano Integrado, que foi concluído esse ano, nós fizemos o fechamento dele, nós não temos hoje nenhum PDUI ainda aprovado na Assembleia aqui do estado de São Paulo, nenhum tinha sido apresentado para cá, ou seja, o grande instrumento de governança metropolitana para se identificar áreas de risco, investimentos necessários, tudo aquilo que se planeja a médio e longo prazo, nós não temos nenhum aprovado até hoje. Então, nós estamos enviando para a Assembleia, agora no mês de agosto, um PDUI de São Paulo para que os senhores possam avaliar, colocar todas as suas contribuições e a gente possa avançar nesse grande plano que vai significar a potencialidade para buscar mais financiamento para a região metropolitana, distribuição de recursos e, sobretudo, esse planejamento de Estado no que a gente pensa em médio e longo prazo para a Região Metropolitana de São Paulo.

Na Baixada Santista é o Condesb, que é o Conselho da Baixada Santista, tem um fundo que anda um pouco... Anda bem, melhor do que as outras regiões, só um pouquinho abaixo de Campinas, mas que avança nesse processo. Lá o modelo é 50% de recursos do Estado e 50% de recursos dos municípios. E nós estamos avançando também com o PDUI da Baixada Santista. Esse PDUI também vai ser enviado aqui para a Assembleia, a gente espera ainda que nesse trimestre, e a gente tem aí o segundo

PDUI aprovado aqui pela Assembleia, com a Baixada Santista, em um desenvolvimento fundamental também, que todos sabem, para as questões da Baixada.

Na Região Metropolitana de Campinas: é uma região que caminha muito bem, modelo de região metropolitana, uma série de projetos avançando, recursos de fundos internacionais, uma governança compartilhada muito bem consolidada, projetos de interesse regional muito fortes. Para se ter uma ideia, está citado aí o programa Saúde em Ação, no qual foram investidos 238 milhões de financiamento do BID ao longo desse último período. O Governo coloca um recurso, os municípios também colocam. E existe ainda lá um saldo de 13,8 milhões para projetos que vão ser liberados ao longo desse ano conforme o nosso trabalho. Lá na Região Metropolitana de Campinas nós trabalhamos também a consolidação desse PDUI para poder enviar aqui para a Assembleia o mais breve possível, esperamos que esse ano, o mais tardar, primeiro ano do semestre que vem.

Ia cumprimentar aqui o nosso líder do Governo, Carlão Pignatari, querido Carlão, e dizer para vocês que esse modelo implementado na Região Metropolitana de Campinas é o modelo a seguir dentro dessa governança metropolitana do Estado.

No Vale do Paraíba e no litoral norte, ainda engatinhando, vereador Rafael Goffi, o modelo de governança metropolitana, muita coisa para se fazer ainda, o PDUI não foi iniciado lá, nós vamos avançar com essa contratação nesse semestre do PDUI para que a gente possa ter, até o final do ano que vem, mais tardar no início do primeiro semestre de 2021, isso apresentado para a Assembleia. O fundo também foi implementado, mas não entrou em ação, mas queremos colocar no Orçamento desse ano, propor para vocês que a gente tenha recursos alocados para região metropolitana do Vale do Paraíba e que esse fundo comece a andar, Sergio Victor, a partir do ano que vem.

A Região Metropolitana de Sorocaba foi criada em 2014. A agência em Sorocaba foi toda reestruturada, o fundo foi criado, mas, assim como o do Vale do Paraíba, não foi implementado, a gente vai propor a mesma coisa: recursos no Orçamento de 2020 para que a gente possa iniciar esse processo de governança metropolitana por lá. O PDUI está na metade, nós estamos recebendo esse PDUI na metade e nós vamos avançar para entregá-lo no segundo semestre do ano que vem aqui para a Assembleia e poder acelerar com esse processo.

Ribeirão Preto é a caçula das regiões metropolitanas criadas, é uma região que foi criada, mas que não tem ainda a sua governança mínima implementada, ou seja, não

tem uma agência criada, não tem um fundo criado e não conta com as mesmas prerrogativas no nível de Estado que as outras regiões metropolitanas.

Nós montamos também um modelo de agência enxuta, montamos um modelo de fundo similar ao dos outros e nós queremos enviar, no mês de agosto também, para a Assembleia, esse processo da Região Metropolitana de Ribeirão Preto, que está dependendo da reunião da região metropolitana aprovar esse modelo de criação de agência para que a gente possa enviar para cá e avançar nessa governança.

O aglomerado urbano de Jundiaí: foram criadas as câmaras temáticas, nos aglomerados nós não temos previsão de criação de agência e nem fundo, ele segue uma outra dinâmica do que as regiões metropolitanas, mas, sim, nós queremos avançar com os PDUIs para esses aglomerados como um todo. Lá na região de Jundiaí já tem 40% de execução, nós queremos entregar ao longo do segundo semestre do ano que vem para poder ser apreciado pelos senhores.

Piracicaba também tem suas câmaras implementadas, temáticas e especiais, em 60%. Queremos apresentar o PDUI no segundo semestre do ano que vem.

O aglomerado urbano de Franca também engatinha, já teve algumas reuniões, mas não tem uma política metropolitana implementada na sua plenitude. Nós vamos contratar e iniciar o PDUI ao longo desse processo e entregar ao longo de 2021 para cá esse PDUI do aglomerado urbano de Franca e consolidar de fato o planejamento dessa região.

Bom, sobre a Emplasa: o que nós entendemos com a extinção da Emplasa? Aqueles serviços, o IGC e os sistemas estão indo para a Secretaria de Governo, fundamentalmente para a Fundação Seade, que vai tocar esse processo internamente, e nós da Secretaria do Desenvolvimento Regional vamos tocar os serviços que a Emplasa fazia no que tange ao planejamento e acompanhamento dos fundos e das regiões metropolitanas como um todo. Nós herdamos pessoal da Secretaria de Planejamento, entendemos que nós temos o nosso quadro de pessoal adequado e entendemos que para a finalização dos PDUIs nós vamos fazer, com tranquilidade, contratação junto à iniciativa privada, que tem total capacidade para conduzir esse processo de forma eficiente para o estado de São Paulo.

O Fumefi: a situação que nós encontramos no Fumefi também foi de uma grande conta para ser acertada. Nós chegamos lá e no plano de aplicação de 2017/2018 havia 101 milhões de obras a executar e pagar. Tivemos também o cancelamento dos restos a pagar, ou seja, aqueles recursos que estavam antes previstos para finalizar as

obras em andamento foram cancelados para o ano de 2019, então nós começamos o ano 2019 com as prefeituras todas buscando o Estado para saber de que forma iam finalizar as suas obras.

O orçamento aprovado em 2018 para o ano de 2019 do Fumefi é de 59 milhões, nós chamamos os prefeitos e falamos: “Prefeito, a divisão jurídica feita para o Fumefi é essa daqui, nós estamos colocando os recursos para concluir as obras de vocês, que dá uns 32 milhões, e 27 milhões para novos projetos no ano de 2019”, nós fizemos aí, é um contingenciamento importante para isso, vocês devem ter acompanhado, em todas as secretarias do Estado um contingenciamento com as incertezas da economia ainda. Na questão do Fumefi nós conseguimos essa liberação para garantir fundamentalmente a conclusão das obras que já tinham começado. Nós fizemos isso, avançamos dentro desse processo e várias obras, finalizando, importantes e os convênios de 2019 sendo apresentados pelas prefeituras que nós vamos conveniar ao longo desse semestre.

Esse é o plano de aplicação, vocês não vão conseguir ler daí, mas a apresentação vai para cada um dos parlamentares e daí eu vou pedir para enviar também impresso para vocês aqui para que vocês possam apreciar.

O plano de aplicação é determinado por legislação, ele tem uma conta de acordo com o IDH e com outros indicadores de cada um dos municípios, e daí esses 59 milhões são divididos, através dessa conta, para cada uma das cidades, e os municípios já estão acostumados com essa divisão, que é feita desde 1978.

Bom, era isso. Uma breve explanação sobre o trabalho da Secretaria, dizer para vocês que nós temos buscado valorizar, a todo momento, o mandato parlamentar dos senhores, atender, dialogar, poder fazer com que esta Casa seja valorizada pelo seu papel de instrumento de articulação do desenvolvimento do estado de São Paulo, cada parlamentar com a sua região, com a sua comunidade e nós temos respeitado isso e feito o maior esforço possível para atender a Assembleia Legislativa de São Paulo e assim vamos continuar fazendo por entender a importância e o trabalho que cada um dos senhores faz aqui na Assembleia.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, Sr. Secretário, parabênzulo pela explanação importante, dando uma nova dinâmica na Secretaria de Desenvolvimento Regional, acho que isso é muito importante. Antes de abrir aos deputados, se me permitirem fazer algumas colocações, eu vou falar um pouquinho mais da Região Metropolitana de Campinas, que é a nossa atuação, depois os deputados

aqui com certeza irão falar sobre as outras regiões. Eu, aliás, estive na última reunião do Conselho da Região Metropolitana de Campinas.

O senhor falou aqui do investimento do BID de 238 milhões do Saúde em Ação, que foi investido na nossa região. Existe um valor de 13,8 que não foi liberado por conta – é, 13,826 –, que não foi liberado por conta de um parecer da Procuradoria do Estado. Inclusive, não sei se já pediram, Sacilotto pediu a reunião contigo, o que os prefeitos têm demandado lá ou é a devolução desse dinheiro ou a liberação para a apresentação do projeto; que aliás eu acho que a apresentação projeto seria mais interessante lá para a região, até porque, se for devolvido o dinheiro, tem a parte que é do Estado e a parte que seria dos municípios, mas a demanda veio, até porque a situação dos municípios não é segredo para ninguém aqui, a dificuldade financeira, então gostaria de deixar essa pergunta.

A previsão do PDUI de Campinas, acho que não sei se colocou a previsão de envio para a Assembleia Legislativa. Também, ainda dentro dos 238 milhões do Saúde em Ação, ainda dentro do programa Saúde em Ação, dos 238 milhões, secretário, nós sabemos que o maior calcanhar de aquiles dos prefeitos tem sido a questão da Saúde e na nossa região lá não é diferente. Existe algum plano de continuidade na ajuda, no custeio desses equipamentos de saúde que estão em construção? Nós temos lá o AME, em Campinas, que o Estado tem participado bastante, inclusive no custeio, já tem a previsão do custeio, mas os outros equipamentos de saúde.

E uma última pergunta, se existe a previsão da criação das regiões metropolitanas de Piracicaba e de Jundiaí, principalmente Jundiaí, que está entre duas regiões metropolitanas, Campinas e São Paulo, e Jundiaí acaba ficando meio esquecida, fica meio ilhada entre essas duas grandes regiões. Então, os meus questionamentos são esses.

O SR. MARCO VINHOLI - Muito bem. Saudar o nosso presidente, deputado Rafa Zimbaldi, pelas perguntas, vereador Tito Coló, de Jaú, também presente, enfim, lideranças importantes aqui de todo o Estado.

Sobre o PDUI de Campinas, segundo semestre do ano que vem é a nossa previsão de entrega aqui. Sobre as regiões metropolitanas de Piracicaba e Jundiaí, nós trabalhamos agora nessa consolidação do aglomerado, a finalização dos PDUIs como instrumento fundamental, e a partir daí a gente indicar os caminhos, mas não tem previsão de transformação de aglomerado para região metropolitana dessas duas

regiões. Aproveitando o tema, tem vários pleitos, é evidente que várias regiões do Estado têm a expectativa, não é? Rio Preto, Bauru e no dia a dia a gente recebe uma série desse tipo de pedido.

O que nós vamos fazer é montar um estudo na Secretaria de Assuntos Metropolitanos, para que possa, de forma técnica, passar para os senhores qual é o plano de conceitualização um pouco das regiões metropolitanas. Que a gente faça isso da forma mais técnica possível e seja justo com cada uma das regiões. É o número de habitantes, é a questão econômica, tem uma série de indicadores que são apontados com isso, mas que a gente possa fazer de forma mais transparente possível esse enquadramento como região metropolitana das próximas.

Sobre 3,18 milhões, é um recurso que está lá, eu até coloquei na apresentação a questão da PGE e nós trabalhamos para tirar isso, que o parecer jurídico possa apoiar os municípios e eu pessoalmente entendo que esse recurso pode ser utilizado. E eles estão baseados em um parecer dado para um convênio no ano de 2017, nós pedimos uma reavaliação da PGE e o nosso entendimento é que o recurso poderá ser utilizado para a Região Metropolitana de Campinas.

Sobre os investimentos na área da Saúde, nós já iniciamos alguns importantes, tivemos Corujão lá, um apoio para certos hospitais, tem vários hospitais finalizando, como o próprio AME de Campinas, e, sim, nós vamos apoiar com o custeio. Tem um plano estrutural na região, o secretário José Henrique Germann está fazendo isso em todo o estado de São Paulo e vai lançar, ao longo desse segundo semestre, um novo modelo do programa Santa Casa Sustentáveis também, para poder apoiar os hospitais filantrópicos do Estado.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, secretário. Pela ordem, Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Sr. Presidente, caro secretário Vinholi...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Vossa Excelência vai fazer perguntas?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Não é bem uma pergunta, mas eu queria fazer algumas ponderações rápidas, tem que inscrever?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Tem. É que...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Eu estou aqui desde o início e ninguém me informou que teria que inscrever. Eu imaginava que o deputado fosse pedir apenas pela ordem, a palavra etc.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputado...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Mas eu vou usar dois minutos, se for possível.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Se o Luiz Fernando e eu...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Se tiver alguém inscrito na minha frente, não tem problema nenhum.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pois não...

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Como eu faço para me inscrever?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Está inscrito, já.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Me perdoem os deputados colegas desta Comissão, mas eu não fui informado que tinha que me inscrever. Imaginava que...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputado, eu peço desculpa a V. Exa., até pela inexperiência, e V. Exa. é o primeiro a...

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Deputado, Rafa Zimbaldi, V. Exa. tem conduzido esta Comissão de forma bastante competente. Não vem com essa conversa não.

Quero cumprimentar o meu amigo, secretário Vinholi, e, ao cumprimentá-lo, cumprimentar o governador João Doria por tê-lo escolhido, porque não foi por acaso a escolha do Vinholi, não. O Vinholi foi deputado, foi nosso colega aqui e desempenhou com muita competência, como parlamentar, foi líder do PSDB, foi líder do Governo também, não é, Vinholi?

O SR. MARCO VINHOLI - Não fui, só do PSDB.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Só do PSDB. Foi relator do Orçamento, mas independentemente até da sua atuação, ele foi um grande amigo, parceiro e companheiro, porque esta Casa é o lugar de nós discutirmos as divergências e o contraditório, mas eu sempre tenho dito que as divergências, as discussões do contraditório, nós discutimos em plenário, nós não podemos ter aqui inimigos. Todos nós somos amigos. São verdade as discussões, as divergências e o contraditório, isso tudo é normal.

Mas, meu caro secretário, gostei da sua apresentação de todas as regiões e devo dizer que V. Exa., assim como o governo João Doria, Rodrigo Garcia, estão de parabéns, porque acabaram saldando aquilo que os governos anteriores teriam que pagar e não pagaram, assim como também, independentemente das emendas, na verdade, assim também as obras inacabadas do Fumefi etc., enfim, uma grande quantidade de problemas, de obras inacabadas etc., que não aconteceram no Governo, que eram obrigação passada e o governo João Doria e Rodrigo Garcia, com ajuda de V. Exa. e de outro secretários, vem resolvendo e saldando. Bem, por isso, eu estou usando da palavra muito mais para agradecê-lo pelo seu trabalho, que eu tenho acompanhado e sei que é muito grande e intenso, mas V. Exa. tem desempenhado com brilhantismo. Parabéns!

Eu vou pedir licença a V. Exa., eu pedi a palavra logo no início, Rafa, porque, como eu recebi alguns convênios e emendas hoje, eu estou com alguns feitos lá na

minha sala, então eu peço desculpa ao secretário, a V. Exa. e aos colegas também, porque eu vou lá para atendê-los e, após tê-los atendido, se ainda não tiver acabado, eu voltarei. O.k.? Obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Me permite um aparte, Sr. Deputado?

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - Vossa Excelência tem todo aparte que quiser.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Se o senhor precisar que eu auxilie na sua reunião eu também posso me ausentar.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - DEM - A presença de V. Exa. aqui é importante, Luiz Fernando. Luiz Fernando, ele é meu colega, mas muito mais do que isso, ele trabalhou comigo na mesa diretora da casa como primeiro-secretário e foi brilhante. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Muito bem. Só agradecer ao deputado Estevam Galvão pelo seu trabalho no Parlamento, pelas palavras elogiosas e por tudo aquilo que ele representa para o povo de São Paulo. Muito obrigado, querido deputado Estevam Galvão, que lembrou uma inovação que o Governo está implementando.

O Governo agora traz os convênios para que os deputados possam, nas suas emendas impositivas – eu subo lá, obrigado –, possam fazer as assinaturas com os prefeitos respectivos e possam levar os convênios pessoalmente, valorizando assim o trabalho dos deputados. Nós temos feito um grande esforço para cumprir essas emendas impositivas.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pela ordem...

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Só para confirmar que eu estou inscrito, não é?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Está sim. O Coronel Nishikawa pediu a palavra, depois o deputado Luiz Fernando, deputado Mauro Bragato, deputado Ricardo Mellão, deputado Jorge do Carmo, deputado Sergio Victor, o.k.? Então, deputado Coronel Nishikawa.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Bom dia, Sr. Secretário.

O SR. MARCO VINHOLI - Bom dia, Coronel.

O SR. CORONEL NISHIKAWA - PSL - Parabéns pelo seu trabalho e pela exposição que nós assistimos atentamente. Eu queria saber, no contexto, como é inserida a região do ABC, é uma das regiões que mais concentram indústrias automobilísticas, e lá o pessoal, numa das reuniões que eu participei do consórcio, eles estavam reivindicando uma área para instalar oficinas, principalmente voltadas às montadoras, para preparar mão de obra para que possam desenvolver novas tecnologias. É uma das perguntas.

Outra coisa: como se insere o nosso consórcio regional ABC nesse contexto de vocês, do desenvolvimento regional? E uma última pergunta: de quem é iniciativa da instalação de cidades inteligentes? É de vocês ou é do próprio Município? Obrigado.

O SR. MARCO VINHOLI - Saudando aqui o Coronel Nishikawa pelas perguntas. Sempre muito preparado e contundente.

A Região Metropolitana de São Paulo compreende também o ABC, desses 39 municípios, uma região enorme e dentro disso o ABC tem um papel fundamental nessa construção. Nós temos o consórcio do ABC e sobretudo um modelo de relação Estado com consórcios de forma intensificada ao longo desses primeiros meses de Governo. Nós chamamos todos os consórcios de municípios de Estado, do ABC também, e iniciamos um processo de ouvir as demandas regionais. Você tem demandas de cada uma das cidades e alguns problemas regionais, soluções regionais, como o Jaboticabal, o piscinão do Jaboticabal é o exemplo prático de uma delas que foi trazido pelo

consórcio ABC, pelos parlamentares do ABC de modo geral, e que o Governo está enfrentando.

O que nós temos que fazer é cada vez mais intensificar esse tipo de relação com os consórcios. Como eu disse, tem soluções, são compartilhadas e nós identificamos, aqui no estado de São Paulo, pelo menos 20 consórcios de municípios com grande relevância e tivemos lá pelo menos 20 reuniões com cada um desses consórcios, com os prefeitos apresentando as suas demandas. Temos que valorizar o consórcio do ABC, com os parlamentares e cada vez mais buscar essas soluções em conjunto.

Eu vou pedir para depois passar um vídeo que eu trouxe do programa Cidades Inteligentes e daí cada cidade vai poder aderir a um plano de trabalho, a gente lança dia 22 e faz a adesão no próprio evento, ele vai fazer a adesão on-line ali do seu Município e a partir disso nós vamos pactuar o resultado para ele. O senhor está convidadíssimo a estar lá, meio-dia, no dia 22.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, secretário. Depois se V. Exa. puder deixar não só a apresentação, mas também o vídeo, acho que também será muito importante para que os deputados possam oferecer às prefeituras. Quero cumprimentar aqui o ex-deputado Márcio Camargo aqui presente, obrigado, deputado, pela presença. Deputado Luiz Fernando, tem a palavra.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Sr. Presidente, nobres pares, Vinholi. Quero te cumprimentar, Vinholi, acho que o deputado Estevam, quando referiu-se a você à frente da relatoria do Orçamento, o fez com muita justiça, com muita capacidade. Você conduziu o processo e acho que de repente pode ser um dos poucos, na minha opinião, acertos do governador a sua nomeação. Espero que com a tua juventude, com a tua combatividade que se demonstrou aqui na Casa, a gente possa avançar.

O governo atual do João Doria, ele, assim como esta nova política que vem ao País, ela pensa num Estado zero, ela pensa as modificações, as extinções que nós temos assistido, nós estamos muito preocupados. Foi na época do regime militar, da ditadura, foi criado um órgão pelos militares do estado de São Paulo que foi a Emplasa, com a finalidade de fazer um planejamento desse Estado, o maior estado deste País, e esse órgão sempre foi um órgão muito técnico que não se aliou à política, e são muitas as colaborações que a Emplasa tem no nosso Estado e uma das primeiras medidas do

governador, e eu tenho certeza que não é vossa, foi debate, e a vitória que teve com o apoio dos partidos aliados, especialmente do PSL e do Novo aqui na Casa, que tem o mesmo conceito de Estado mínimo, de Estado zero, e é fato que conseguiu extinguir a Emplasa.

No projeto e no debate, Vinholi, falava-se muito do patrimônio da Emplasa, que são aqueles técnicos que seriam utilizados e nós temos acompanhado, eu fui um dos muitos aqui da Casa que foi contra essa lógica de extinção e venho acompanhando muito esse debate, até por ser membro desta Comissão de Assuntos Metropolitanos e ter uma atuação em várias regiões metropolitanas, tenho acompanhado muito esse debate. É certo, sei disso, que o governo do PSDB, Vinholi, ele não vem trabalhando, na nossa opinião, como deveria em relação a essa questão das regiões metropolitanas. Por exemplo, na região de Campinas, você mesmo disse, 50% só do PDUI foi feito, paralisou, tão logo o Governo assumiu, mandou parar e só 50%. Uma das regiões mais importantes deste País.

Você pega a Baixada Santista, que está bem mais avançada, foi feito já dois anos o PDUI e até hoje não mandou para a Casa. Eu sei que o senhor está assumindo agora, mas fica uma preocupação, Vinholi, no seguinte: aquilo que a Emplasa propunha, e nós temos um diretor da Emplasa aqui, não é isso que o Governo fez e está fazendo. Por exemplo, na Baixada Santista tem uma previsão de 20 funcionários na agência, todos comissionados, todos comissionados, pasmem a Casa, de livre nomeação, e só tem nove, quando precisaria ter, segundo a Emplasa, muito mais do que nove para exercer de fato aquela função.

Então, assim, nos preocupa muito, eu sei da importância dessas regiões metropolitanas para um desenvolvimento planejado dessas regiões, desses conglomerados, mas ao mesmo tempo que V. Exa. traz aqui algumas vontades e intenções, ao mesmo tempo tem algumas ações. Por exemplo, os funcionários que, quando aquele patrimônio, que não é do Governo, é patrimônio do povo de São Paulo, que são os técnicos da Emplasa, pelo que nos consta, e eu lhe pergunto se isso é real, não estão sendo aproveitados e de alguns, inclusive, está sendo discutida a demissão. Eu precisava checar isso, até estava pedindo uma agenda com V. Exa. para checar essa questão, mas estou aproveitando o ensejo.

Segundo, a ideia da gente aparelhar, não adianta a gente fazer a Região Metropolitana de Campinas e não aparelhar para que ela possa funcionar, até para que o senhor possa exercer com muito mais qualidade, embora tenha um grupo aqui na Casa

que defende o Estado Zero: “Tem que aparelhar coisa nenhuma, tem que acabar e tal”. Nós entendemos que precisa aparelhar com técnico, sim, e fazer isso andar, até porque os nossos técnicos da Emplasa são muito competentes.

Por último, o senhor disse uma coisa que me preocupa muito, Vinholi, com todo o respeito que eu tenho por você, mas a sua afirmação, se nós temos vários técnicos na Emplasa, se nós temos um pessoal extremamente competente, salvo senão! Salvo se nós estejamos todos errados aqui e o pessoal não é competente; você falou de contratar, junto à iniciativa privada, técnicos para continuar esses PDUIs. Nós avaliamos, posso até estar extremamente equivocado, mas acho que os teus colegas são competentes suficientemente para dar continuidade nesse PDUI, são funcionários públicos, têm um acúmulo muito grande, já fizeram os anteriores e poderiam efetivamente dar continuidade.

Para finalizar, Vinholi, eu conversei com alguns prefeitos e esses prefeitos fizeram uma reclamação, sobretudo do atual momento, que esse debate regional sempre foi feito em colegiado, “Senta todo mundo e vamos discutir o nosso problema”, e que hoje tem sido feito muito individualizado, eu chamo o prefeito, eu chamo o outro prefeito e um deles até fez uma fala que eu não sei se procede, mas quero trazer aqui, acho que para colocar é esse aqui, que aí chegam eles com o pires na mão, e cada um, então, eu trato politicamente, não faço um tratamento regional sobre isso, como a gente fala muito de administração com eficiência e uma administração que venha para efetivamente resolver, eu queria deixar essas questões para V. Exa. e ouvi-lo a respeito.

Muito obrigado. Quero te cumprimentar e torço muito para que você dê certo, torço para que o Governo dê certo, não sei se está no caminho certo, mas torço muito por você, um jovem, e acho que tem tudo para trazer essa lógica de realmente fazer uma gestão competente, integrada e que possa trazer ou devolver o desenvolvimento ao nosso Estado, perdido aí nas últimas décadas.

O SR. MARCO VINHOLI - Primeiro saudar ao deputado Luiz Fernando, brilhante deputado aqui do Parlamento paulista, com o qual tive o prazer de conviver e acompanhar de perto o seu trabalho, enfim, a seriedade do seu comprometimento com a população do Estado, querido deputado Luiz Fernando, fez considerações importantes.

Primeiro, sobre a questão dos PDUIs, o que a gente enxerga de modo geral: o modelo da Emplasa não só subcontratava e terceirizava as suas ações para fazer os PDUIs, como, ao longo dos seus 20 anos de processos de agências metropolitanas, de

regiões metropolitanas, nós estamos concluindo os primeiros agora. Então, os técnicos que têm o conhecimento, assim como o Marcos Campagnone, que foi de lá, e outros, nós vamos aproveitar o melhor modelo possível, mas nós queremos agilidade e, sobretudo, experiências exitosas aqui no Brasil de conclusão dos PDUIs junto à iniciativa privada.

No governo do Rio de Janeiro, o PDUI do Rio de Janeiro foi feito pelo arquiteto Jaime Lerner, contratado junto à iniciativa privada, e aí o primeiro PDUI concluído do País de forma brilhante. Então, todo o respeito aos técnicos da Emplasa e aqueles que têm esse conhecimento serão aproveitados assim como o Marcos Campagnone foi, mas, de modo geral, a gente entende que o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado pode ser muito bem feito por universidades ou por iniciativa privada, e que a gente possa dar agilidade e prazos com maior eficiência para esse processo, esse é o nosso entendimento ao longo das questões da Emplasa.

Eu acho que nem o Estado mínimo nem o Estado “gordo”, o Estado do seu tamanho ideal. E é isso que nós temos buscado, seja nas agências, seja na Secretaria, cada vez mais alcançar esse tamanho ideal e esse modelo ideal.

Sobre os atendimentos, nós fizemos uma série de atendimentos coletivos, acho que todos os consórcios do Estado, as regiões metropolitanas, eu estive em todas elas, os aglomerados também. Temos feito esse debate de forma muito franca e coletiva, mas também atendemos individualmente. Acho que o número de prefeitos que procura o Governo do Estado e tem o seu atendimento de forma muito objetiva, tem sido uma constante, mas eu queria te dizer que eu fico à disposição para que o senhor possa apontar os prefeitos e a gente possa fazer de forma coletiva e até deixar aberto, de forma muito democrática, republicana. Eu tenho atendido lá todos os partidos, parlamentares do PT ao PSL, feito todas as agendas republicanas e atendimento para isso. Eu me coloco à disposição para que o deputado possa levar lá esses prefeitos e a gente possa fazer esse atendimento, seja de forma individual ou de forma coletiva, contribuindo com o mandato, sejam os seus de deputados, sejam os deles de prefeitos. E parabenizá-lo aqui pela saudação que fez a mim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Próximo deputado, deputado Bragato.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Sr. Presidente, deputado Rafa Zimbaldi, Srs. Deputados, Sr. Secretário. Na linha daquilo que foi dito pelo nosso companheiro daqui da Casa, o companheiro primeiro a usar a palavra, o Estevam, eu vou um pouco nessa linha de parabenizá-lo pelo trabalho, o João Doria escolheu muito bem, não só pela sua juventude, mas pela sua experiência adquirida no último ano aqui na Assembleia Legislativa do Estado.

Quero dizer, secretário, que o teu desempenho vai ser fundamental para consolidar a Secretaria do Desenvolvimento Regional. Por quê? Porque é uma secretaria complexa, nós estamos tendo uma demanda bastante alta, eu tenho acompanhado, pelo menos a partir da minha região de atuação, você tem sido bastante presente, não sei como você está conseguindo segurar toda essa demanda, e quero dizer que ficamos felizes de vê-lo novamente aqui na Assembleia na prestação de contas do seu trabalho. Então, parabéns, continue no seu trabalho e firme, porque nós estamos aí para lhe ajudar. Muito obrigado pela presença.

O SR. MARCO VINHOLI - Muito obrigado, deputado Mauro Bragato, com seu brilhante trabalho ao longo de tantos mandatos aqui na Casa, é um prazer poder colaborar com o seu trabalho e receber essas palavras elogiosas sempre da Vossa Senhoria. Um grande abraço e muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Nosso decano, viu, secretário. O deputado mais experiente da Casa.

O SR. MARCO VINHOLI - Ganhou o título do Curiati.

O SR. MAURO BRAGATO - PSDB - Do Curiati, é verdade.

O SR. MARCO VINHOLI - Ganhou, passou o bastão.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputado Ricardo Mellão.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Bom dia, presidente. Queria agradecer a presença do secretário Vinholi aqui, do Campagnone também, e trazer algumas considerações do ensejo do que o deputado Luiz Fernando destacou aqui sobre a

Emplasa, especificamente. Nós aprovamos, em maio agora, junto com outras duas empresas, a extinção da Emplasa. Uma medida, no meu ponto de vista, acertada. Nós da bancada do Novo apoiamos firmemente o Projeto.

Vou trazer alguns dados, apenas para constar, a Emplasa, em 2018, seu resultado operacional, ela teve uma receita de 4,8 milhões e um gasto de 44 milhões e meio, ou seja, um prejuízo, receita operacional de menos 39 milhões e 700, o que requereu auxílio público de 40 milhões e 300 para poder se manter.

A minha pergunta, nesse ensejo, é a seguinte: nós sabíamos que grande parte desses gastos da Emplasa, justamente, era com os 135 servidores que ela tinha. Era um gasto na ordem de 27,9 milhões só com os servidores, com esses 135. Desses, 118 eram permanentes e 17 comissionados. Levando em consideração que, desses 135, 71 eram aposentados, eu queria saber como estão sendo aproveitados, nas funções diretas da Secretaria Desenvolvimento Regional dessas agências, esses servidores? Qual vai ser o destino deles? Como isso será feito?

O SR. MARCO VINHOLI - Muito bem. Primeiro quero saudar o deputado Mellão, um grande trabalho, iniciando com muita eficiência e presteza aqui na Casa, dizer que nós estamos finalizando aí um processo da Emplasa, da CPOS e da Codasp neste momento. Dentro disso nós tivemos o plano de incentivo de demissão – acho que 50%, é isso, companheiro? –, 50% que acho que teve aceitação disso, o restante segue dentro do planejamento.

A ideia é que a gente possa, na Secretaria de Desenvolvimento Regional, aproveitar aqueles quadros que a gente entender que cumprem uma função técnica estratégica para o Estado e, justamente o que eu disse, naquilo que a gente entender que não cumpre essa função, a Secretaria, de forma enxuta, de forma objetiva, vai cumprir com os quadros que já possui e que vieram do Planejamento. Nós temos, seja nas agências, seja na Secretaria, pessoal adequado para isso e entendendo que com tranquilidade nós conseguimos acompanhar seja o Fumefi, sejam os fundos regionais, sejam as agências metropolitanas.

E na questão do planejamento urbano, que fundamentalmente são os PDUIs, nós pretendemos concluir junto à contratação com iniciativa privada, o que a gente entende que vai dar uma agilidade muito maior nesse processo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Próximo deputado, deputado Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia aos nobres colegas aqui, cumprimentar ao nosso secretário Marco Vinholi e agradecer a sua vinda aqui nesta Casa para falar de um assunto tão importante nesta Comissão.

Um pouco na mesma linha, secretário, as perguntas que antecederam aqui, muitas delas citaram a Emplasa. Com o advento da lei 17.056, que extinguiu a Emplasa, percebe-se aqui pelas perguntas que essa empresa, apesar da fala do nobre colega que me antecedeu, ela tinha funções especiais, extraordinárias, na cidade, no Estado. Nesse sentido, eu sou militante do movimento de posse e propriedade da terra, regularização urbana e fundiária, uma área em que eu, que sou advogado de formação, atuo.

O GRAPROHAB, que é um órgão da Secretaria de Estado da Habitação, cuida do grupo de análise e aprovação dos projetos habitacionais do Estado e a Emplasa tinha um acento nesse grupo. Com a extinção da Emplasa, e o senhor falou aqui da Agência Metropolitana de São Paulo, quem vai substituir? Quem vai assumir essas funções da Emplasa nesse caso do GRAPROHAB, que é um grupo tão importante para a Região Metropolitana e para o estado de São Paulo?

Essa é uma pergunta, e a outra pergunta é, não menos importante, sobre os PDUIs. Na região do Alto Tietê, que é uma região bastante carente, cheia de problemas, e o deputado que estava aqui, o deputado Estevam Galvão, é um militante, morador daquela região e deputado desta Casa há muito tempo, é preciso que a gente tenha um olhar, não diferente das outras regiões, mas também para aquela região, um olhar especial, porque é uma região muito periférica, com muitos municípios que têm muitos problemas da ordem, especialmente, do desenvolvimento regional. Pergunto o que há, se tem já, o senhor não falou na sua apresentação, se há alguma coisa pensada para aquela região? Como é que está sendo tratado isso na Secretaria. É isso aí, obrigado pela oportunidade.

O SR. MARCO VINHOLI - Quero saudar o nobre deputado Jorge do Carmo pelo seu trabalho, sua militância, nos colocar à disposição, também, dentro da Secretaria. Nós, fundamentalmente, você está correto na sua colocação sobre o GRAPROHAB, é fundamental que exista um olhar sobre o planejamento regional, uma

vez que esses PDUIs, esse PDUI que vai vir para cá na Região Metropolitana de São Paulo, ele dá ali as diretrizes do que vão ser os planos diretores de cada uma das cidades. Isso gera um impacto na aprovação do GRAPROHAB. Como a Secretaria de Desenvolvimento Regional assume as funções de planejamento da Emplasa, a Secretaria terá acento no GRAPROHAB a partir de agora, um representante da Secretaria com esse olhar de desenvolvimento regional e planejamento aqui do Estado.

Sobre o Alto Tietê: uma região fundamental, nós temos feito uma dedicação importante para lá, seja com investimentos, seja com esse olhar sobre as carências da região. Nós estamos com uma região que fica ali entre o Vale do Paraíba e entre a Região Metropolitana de São Paulo. Então, na organização geopolítica disso, uma parte está aqui com a Região Metropolitana de São Paulo, a outra está ali com o Vale do Paraíba. Ferraz de Vasconcelos tem recursos do Fumefi, por exemplo, usualmente.

Então, dentro disso, a organização geopolítica dessa questão se divide entre as duas, mas o Alto Tietê é contemplado, seja na Região Metropolitana de São Paulo, seja no Vale do Paraíba. Mas eu acho que vale uma dedicação exclusiva ao Alto Tietê, que a gente possa promover, aqui na Assembleia ou em algum espaço adequado, uma discussão desse processo pela importância que tem e também pelas suas carências, a dinâmica que tem o Alto Tietê como um todo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Muito bem. Próximo deputado, Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Bom dia, acho que boa tarde já, não é? Boa tarde, presidente Rafa Zimbaldi, cumprimento meus colegas e bom dia e obrigado pela presença aqui, secretário Marco Vinholi. Estou vendo aqui as perguntas dos meus colegas. Acho que eu ainda estou com o desafio de uma compreensão um pouco mais prática. E aí eu acho que, pelo pouco que eu te conheço, acho que a gente tem um perfil bem parecido, bem executivo, focado em resultado. Imagino que você esteja com as mesmas angústias que eu, talvez.

Vou fazer uma pergunta sobre a Agemvale, mas, pelo que você demonstrou, eu acho que serve para quase todas as agências, acho que algumas delas têm os mesmos desafios. Um: Agemvale já existia há bastante tempo e, até na reunião que a gente esteve juntos lá em São José, o prefeito de Taubaté, Ortiz Júnior, fez uma fala muito simbólica para mim em que ele falou: “Olha, historicamente isso aqui tem sido usado

politicamente, tem vários cargos de indicação política que não tem função ou responsabilidade nenhuma”, e você já demonstrou várias vezes que iria focar numa equipe mais enxuta e técnica, porém no fundo ainda não está tudo regulamentado, pelo que você falou, acho que vai ser para o ano que vem.

Primeiro, então, como deputados, o que a gente pode fazer para ajudar a acelerar esse processo para o fundo estar devidamente regulamentado e com recursos, pelo que entendi nenhuma agência funciona sem recursos, então o que falta e o que a gente pode fazer para acelerar esse processo?

Dois: não tendo fundo, quais são as responsabilidades da Agemvale, já que tem ali cinco, seis pessoas na agência, mas não tem dinheiro, não tem recurso e não tem... aí não ficou claro para mim qual é o papel da agência se não tiver recurso para executar o PDUI, que é a parte mais importante do seu papel.

O SR. MARCO VINHOLI - Bom, muito bem...

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Ah, só desculpa te cortar, é que eu fiz uma observação aqui que eu esqueci de falar: gostei muito da ideia, não sei se é a regra, desse fundo ser 50% do Estado e 50% do Município, porque aí você também, de certa forma, cobra o comprometimento do Município para aquelas ações, para não ficar uma reunião de amigos ali, então, não sei se é regra, mas que bom que eu vi em alguns exemplos, espero que seja.

O SR. MARCO VINHOLI - Muito bem. Saudar o deputado Sergio Victor, também no início do seu trabalho de forma brilhante aqui na Assembleia, sempre acompanhando as questões da Região Metropolitana do Vale do Paraíba de forma muito próxima. Saudar a chegada do deputado Thiago Auricchio, também brilhante deputado aqui do estado de São Paulo, mas dizer um pouquinho disso, não é? A dinâmica encontrada são regiões, passei um pouquinho na situação de cada uma delas, mas com uma ação prática é muito mais demandada pela sociedade do que tem que ser essas regiões, essas agências como um todo.

E daí nós entendemos que são três coisas fundamentais para isso, uma delas é o PDUI funcionando, aprovado, para poder dar sequência, depois do PDUI, vocês vão verificar no de São Paulo, que tem uma dinâmica muito clara, ele gera uma sequência

de modelo de governança metropolitana com essas câmaras temáticas, com uma série de ações que entram de implementação na sequência da aprovação do PDUI.

Uma agência que funcione, uma agência que possa coordenar projetos, que possa fazer lá, por exemplo, a questão das câmeras de segurança do Vale do Paraíba, que possa articular financiamentos, que possa articular projetos, que possa articular soluções compartilhadas, que possa ser o modelo funcional de quadro dentro da agência. E os fundos funcionando a pleno vapor é uma regra que nós colocamos agora de 50%, antes existiam algumas distorções e a gente entende que justamente esse modelo de parceria é o ideal para os fundos como um todo.

O que nós vamos fazer no Vale? Primeiro desafio: nós encontramos uma agência sem sede, uma agência praticamente no chão. Então, nós estamos indo lá para o Parque Tecnológico, instalação lá estratégica no Parque Tecnológico, seja pela questão logística dos prefeitos e dos deputados poderem chegar lá através da Dutra, está na beira da estrada, então o escritório é lá também – ah, o seu é lá? Então, para ajudar você também –, mas ela é próxima ali também de todo um centro tecnológico que é importante para nós lá no Parque Tecnológico.

Na sequência disso, a contratação do PDUI nesse semestre. Então, nós estamos contratando o PDUI nesse semestre para iniciar o seu trabalho e a gente espera, com o orçamento da Secretaria, iniciar esse processo. Se for alongar até o ano que vem esperando o orçamento, isso vai tomar muito mais tempo, então nós vamos contratar nesse semestre.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Isso, desculpa até te cortar, o fundo então já está certo? Porque vocês precisam que o fundo esteja funcionando para fazer a contratação, ou não?

O SR. MARCO VINHOLI - Não, nós vamos contratar com recursos da Secretaria esse PDUI de lá e o fundo para o ano de 2020, no qual o Estado coloca e os municípios colocam os recursos, nós vamos colocar parte do Estado, nós vamos propor aqui no Orçamento, que chega aqui no dia 30 de setembro, e que daí a gente possa, no ano que vem, dar andamento à seleção de projetos da RMVale. Com isso a gente vai para um outro patamar já de andamento da agência e da região como um todo.

Saudar a deputada Carla Morando, que chegou aqui também, nossa líder do PSDB e cumprimentar mais uma vez você, Sergio, por toda atuação parlamentar que faz.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado pelas respostas. Bom, mais uma vez, agradecer a presença do deputado Thiago Auricchio e da deputada Carla Morando. Thiago Auricchio tem a palavra.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Bom dia a todos, bom dia, Sr. Presidente Rafa, bom dia, secretário Marco Vinholi, nobres deputados aqui presentes. Queria fazer apenas um agradecimento em nome da cidade de São Caetano do Sul pela liberação, secretário, dos oito milhões pela Desenvolve São Paulo para a construção de um equipamento público de Saúde. Sem dúvida vai dar uma importância maior para São Caetano do Sul voltar a receber recursos do Governo do Estado depois de tanto tempo sem receber nada do Governo. Então, queria mesmo fazer somente esse agradecimento, te parabenizar por toda a atuação diante da Secretaria, você que também é um ex-parlamentar desta Casa e também teve uma brilhante atuação aqui no Parlamento. Somente deixar esse registro. Obrigado.

O SR. MARCO VINHOLI - Agradecer as palavras do nobre deputado Thiago Auricchio, pelo seu trabalho, pela sua luta por esses recursos, seu trabalho como parlamentar e dizer aqui que a Região Metropolitana do ABC está muito bem representada, nessa região deu quórum aqui com tantos parlamentares do ABC presentes nessa reunião – um abraço, viu, Thiago? Parabéns por tudo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Bom dia, bom dia, presidente, bom dia, secretário, todos nossos pares aqui. Eu, na verdade, gostaria só de agradecer a sua ilustre presença aqui na nossa Assembleia, hoje como secretário e desenvolvendo um trabalho brilhante também na Secretaria de Desenvolvimento Regional e, no que for preciso, eu estou aqui à disposição, pode contar, com certeza vou estar apoiando todo esse trabalho maravilhoso que está fazendo. Era isso, muito obrigada.

O SR. MARCO VINHOLI - Vou agradecer as palavras da deputada Carla Morando, que vem fazendo um brilhante trabalho aqui na Assembleia e me sucedeu aí na função que exerce hoje e vem tocando de forma muito melhor e mais brilhante esse trabalho. Parabéns por tudo, é um grande mandato parlamentar que vem tocando.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sr. Presidente, apenas para agradecer a presença do nobre secretário, que muito nos honra vindo a esta Comissão. Isso mostra o compromisso que o Governo tem em atender as demandas dos deputados desta Casa, o senhor é sempre muito bem-vindo aqui na Assembleia. Obrigado.

O SR. MARCO VINHOLI - Deputado Douglas, muito obrigado pelas palavras, pela consideração, pelo excelente trabalho tocado aqui também para o estado de São Paulo, estamos sempre à disposição do seu mandato na Secretaria.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Secretário, dois deputados pediram novamente para fazer duas considerações, que são o Sergio Victor e o Luiz Fernando, e aí depois nós passamos o vídeo para fazer o encerramento. Deputado Sergio Victor.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - Olha, fiquei animado aqui e esqueci de uma pergunta importante. Você falou do Canal Direto SP + Perto, achei espetacular, parabéns. Agora, os municípios pequenos têm um problema crônico, a gente já falou sobre isso, mas queria saber se tem prazo. Os municípios menores dependem muito de recursos do Estado e da União e, normalmente, não têm equipe técnica para poder participar de novos convênios ou de programas que tanto Estado e União oferecem.

Você falou que vocês são responsáveis pelo convênio, estão trabalhando em um sistema para simplificar as solicitações, como que está isso hoje? Já está funcionando? Como é que a gente pode trabalhar para tentar, talvez, treinar a equipe técnica dessas cidades, porque isso é um problema assustador quando você chega em um Município pequeno e vê que eles estão perdendo a oportunidade de recursos que estão disponíveis.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pegando uma carona na pergunta do deputado Sergio Victor, secretário, uma reclamação muito grande de muitos prefeitos é o tanto de documento que precisa apresentar, que os prefeitos, que os municípios precisam apresentar, qual é a possibilidade de reduzir esse número de documentos? Aliás, hoje os prefeitos têm trazido até o nosso mandato que a dificuldade de entrega na documentação para um convênio é maior do que de financiamento bancário para o Município.

O SR. SERGIO VICTOR - NOVO - É, gostei muito do que você falou de reduzir a burocracia da porta para dentro. Parabéns pela iniciativa.

O SR. MARCO VINHOLI - Obrigado, deputado Sergio e deputado Rafa Zimbaldi. Eu tenho um vídeo também do SP Sem Papel, aproveitei e vou passar, mas isso é um grande desafio de todos nós, dos parlamentares que estão inseridos nesse processo, das prefeituras, das câmaras municipais, do Governo do Estado de São Paulo. Imagina só um Estado do tamanho de São Paulo não ter de forma digital toda essa relação de documentos, de pleitos e, sobretudo, agilizando os convênios.

O São Paulo Sem Papel iniciou no dia 1º agora, nós começamos a visitar as regiões, reuniões técnicas com as equipes das prefeituras, os parlamentares vão ter uma chave de acesso, as câmaras municipais vão ter uma chave de acesso e as prefeituras estão recebendo agora a sua chave de acesso. No dia 22 de agosto, nesse mesmo evento das parcerias municipais, o governador vai anunciar e vai liberar essa chave para as prefeituras. Mas, mais do que criar um sistema, é preciso criar uma cultura, é preciso criar um modelo em que de fato isso possa funcionar.

Nós temos lá em Brasília o SICONV, isso, ao longo dos últimos anos, avançou e deu maior transparência para as prefeituras naqueles convênios, naqueles recursos que eles podem acessar. Com esse sistema a gente vai fazer a mesma coisa, um sistema produzido pela Prodesp, aqui no estado de São Paulo, nós temos toda a certeza de que vai se tornar referência para o País em modelo de gestão sem papel e criar possibilidades de reduzir o tempo médio de formalização de convênios, de atendimento de pleitos e, sobretudo, de respostas, seja para os parlamentares aqui do estado de São Paulo, para os vereadores, para os representantes de modo geral.

O nosso cronograma é que, a partir do início de setembro, a gente comece a trabalhar sem ofício dentro da Secretaria no que tange às prefeituras municipais. Para

vocês terem uma ideia, hoje nós recebemos, em média, 12 mil ofícios por mês, imagina o custo de funcionário para poder responder isso. Daí sai de uma secretaria e vai para outra para resposta, depois caminha para outra, às vezes chega a resposta insatisfatória depois de tanto tempo de espera. Então, o sistema começa a ter um prazo muito objetivo e que vai trazer o estado de São Paulo para outro patamar de relacionamento com os municípios.

E a documentação, lá na Secretaria de Desenvolvimento Regional, Rafa, nós temos orgulho de ter a melhor equipe de convênio do Governo do Estado de São Paulo. Gente que, ao longo de uma trajetória, Dona Ivani, toda uma equipe preparada ao longo dos anos e que tem aí um tempo médio para efetivação de convênios de 45 dias, 30 dias em alguns casos. Eles fazem isso de forma simplificada, apoiando os prefeitos e fazendo com que isso seja construído com as prefeituras. Nós sempre vamos buscar essa simplificação, evidentemente, respeitando a legislação e aquilo que tem que ser cumprido, mas o que nós queremos dentro do Governo é trazer para esse modelo outras áreas que também podem melhorar ou mudar de tour e outras que têm um tempo médio muito maior para a efetivação de convênios.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, secretário. Para encerrar, deputado Luiz Fernando.

O SR. LUIZ FERNANDO LULA DA SILVA - PT - Secretário, eu tenho uma questão que eu tinha formulado e me passou batido. Tem uma lei complementar nº 1.156, de 29 de novembro de 2011, que obriga o poder Executivo a publicar e enviar à Assembleia Legislativa, no prazo de 30 dias contados a partir da data do encerramento de cada semestre, um relatório resumido da execução de despesas orçamentárias correspondente às emendas parlamentares incorporadas à lei orçamentária, identificando os autores, bem como os respectivos beneficiários e valores. Isso é uma lei na Casa, uma lei de 2011.

Nós estamos por vencer esse prazo, não sei se o senhor já preparou ou não, mas eu creio, secretário, que isso deva estar esquecido, porque não vem sendo cumprido. O senhor falou em transparência, isso é uma lei, e tem a questão da responsabilidade. Eu queria alertá-lo, até porque seria importante a gente saber o que foi, o que não foi, o que falta, até para a gente ir lá brigar com as pastas para ver como é que está. Então eu queria chamar a atenção de Vossa Excelência.

Por último, ao abrirmos essa reunião, aí é uma questão de ordem, Sr. Presidente, o deputado Estevam Galvão falou muito do contraditório. O senhor não estava aqui, mas o deputado Marco Vinholi, na época, o que ele trabalhou fantasticamente aqui foi o contraditório. Na época nós estávamos em uma mudança de governo e o Marcos Vinholi, como líder de governo na época, líder do PSDB, ele fez o contraditório de uma forma importante na Casa e, nessa linha do contraditório, eu queria submeter não só o presidente, mas também o convidado secretário.

Nós temos aqui os servidores da Emplasa e eles pedem a oportunidade, a possibilidade de, por dois, três minutos, fazerem algumas colocações. Eu não sei se isso é possível e se o senhor também toparia ouvi-los por dois, três minutos. Então, Sr. Presidente, podíamos convidar, seria uma pessoa representando...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pois não...

A SR. SÂNIA CRISTINA DIAS BATISTA - Podemos falar daqui? Bom, a gente...

(Vozes sobrepostas.)

O SR. MARCO VINHOLI - Só um minutinho, só para eu responder a ótima colaboração sobre a 1.156, nós vamos preparar, sim, esse relatório, acho importante e instruir justamente no Governo, é um pouco importante. Muitas vezes a demora na elaboração da emenda ou do convênio se dá por falta de documentação da Prefeitura, e o trabalho que o parlamentar pode fazer cobrando esse acompanhamento é fundamental.

Nós temos enviado para os parlamentares, eu pedi que mensalmente se passe uma posição sobre as emendas aos deputados, estamos construindo isso, é um modelo que vai acontecer de vocês terem um controle de: “olha, está faltando essa daqui por causa disso”, e terem maior transparência. Nós vamos construir isso em conjunto.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Qual é o nome da senhora?

A SR. SÂNIA CRISTINA DIAS BATISTA - Meu nome é Sânia Cristina Dias Batista. Eu fui funcionária da Emplasa até o dia 2 de agosto, estou fora da Emplasa. Eu

entrei para trabalhar no Governo do Estado, na Secretaria de Planejamento, em 1975, governo Paulo Egydio Martins, e trabalho desde então. Prestei serviços na Prefeitura de São Paulo, na Prefeitura de Santos, e, nos últimos cinco anos, além da Emplasa, estava colaborando com a Agência da Região Metropolitana da Baixada Santista.

O que eu queria dizer, Srs. Deputados, Sr. Secretário, é que toda a justificativa para a extinção da Emplasa era uma economia de 40 milhões de reais por ano. Nós queremos dizer que a gente deu lucro para o Governo ao economizar em alguns trabalhos que fizemos de muito mais do que isso, porque a nossa função não é dar lucro, é economizar, é fazer planejamento. E nós estamos aqui assustados até, de ter ouvido, Sr. Secretário, que trabalhos que estavam em andamento e foram interrompidos no início desta gestão, como o PDUI da Região Metropolitana de Campinas, que a Emplasa estava conduzindo, não se podem nem fazer as audiências públicas e que esse trabalho vai ser contratado fora.

Se nós pudéssemos ter trabalhado nesses sete ou oito meses de governo, esse trabalho estaria pronto. A sociedade teria ganhado. Nós temos muitos trabalhos que, ao serem desmanchados e serem reiniciados, a sociedade, o Governo do Estado vai gastar mais do que gasta...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, presidente, qual é o tempo que tem para fazer a pergunta?

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - São três minutos.

A SR. SÂNIA CRISTINA DIAS BATISTA - Então, eu acho que a gente pode trazer aqui esse contraditório: a lei que foi aprovada nesta Casa falava que as atribuições da Emplasa seriam passadas para a administração direta, e o que nós estamos vendo é que os órgãos da administração direta que estão recebendo essas atribuições não possuem pessoal, equipamento, condições mínimas de exercer essas atividades. Nós estamos verificando, e ouvimos aqui do Sr. Secretário, que os trabalhos serão contratados fora e vão ser gastos.

Então, nós estamos questionando essa ideia da economia que, na realidade, o que nós estamos vendo é que ela não está acontecendo, e a gente trabalha nisso há muito tempo. Então, o que eu queria lembrar é isso para esta Casa. Aquilo que o deputado falou, que alguns prefeitos reclamam da questão do chapéu na mão e cada um

negociando em separado, que nós ouvimos aqui, foi só a parte da negociação direta entre Estado e cada Município. Porém, Sr. Secretário...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Vamos encerrar, Sônia.

A SR. SÂNIA CRISTINA DIAS BATISTA - ... A questão da água, a questão do transporte, não se resolve separadamente com cada Município. As pessoas moram em um Município e vão trabalhar no outro. Os convênios de cada Município não resolvem a maioria dos problemas que nós chamamos de “Serviços de Interesse Comum Metropolitano”.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, Sônia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pela ordem, deputado Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Sr. Presidente, eu só queria questionar mesmo a exposição que a senhora acabou de fazer, quanto no Regimento se é permitido, e também a solicitação que foi feita pelo deputado, que trouxe, pelo que eu entendi, o procedimento a ser feito com os funcionários da Emplasa e não especificamente os problemas relacionados à empresa em si e isso deveria ser feito por um deputado da Casa, afinal de contas os deputados foram eleitos justamente para isso. Então eu solicito que seja feita a retirada da Ata do que foi exposto.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Concordo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pois não, deputado. Na verdade, não existe previsão regimental, foi uma solicitação do deputado Luiz Fernando – artigo 28? –, o artigo 28 fala que, se houver anuência do presidente, nós abrimos uma exceção a pedido, com a concordância do secretário, foi feita uma colocação, creio que também não é ao secretário fazer aqui, falar um pouco sobre a colocação da Sra. Sônia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Pois não.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Agradeço a resposta do senhor, é que eu questionei mesmo, porque, pelo que deu a entender, foi uma questão dos funcionários, o que aconteceria com os funcionários, entendeu? De uma preocupação de como ficaria a carreira deles etc., e não um problema relacionado à própria empresa, e isso deveria ser feito por um próprio deputado, porque os deputados geralmente são eleitos para isso, realmente é o trabalho deles nesta Comissão. Por isso minha questão, mas o senhor já, de forma brilhante, respondeu, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, deputado. Secretário.

O SR. MARCO VINHOLI - Primeiro saudar a Sandra, que tem uma contribuição histórica, assim como os funcionários da Emplasa, para o Governo do Estado de São Paulo. Governar, fundamentalmente, é observar as evoluções da sociedade, as evoluções das necessidades do Estado, e pensar de que forma a gente pode trazer mais efetividade no que a gente acredita que é o modelo do estado de São Paulo, sobretudo para poder honrar aquele imposto que paga o contribuinte.

Dentro disso, nos entendemos que, com todo o papel histórico que cumpriu a Emplasa ao longo da sua trajetória, o próprio tempo para a realização desses PDUIs e também até mesmo a necessidade de avançar no interior deles, de a gente poder cumprir um papel mais estratégico no planejamento do estado de São Paulo, fizemos essas alterações e entendemos que vamos, sim, trazer um novo modelo para a governança metropolitana e para o planejamento do estado de São Paulo.

Na prática, tudo aquilo que foi feito ao longo dos últimos anos, os senhores parlamentares, a sociedade no geral, podem me corrigir, mas o trabalho efetivamente não gerou os resultados esperados para o estado de São Paulo de forma muito clara e muito efetiva. Nós não temos nenhum PDUI aprovado pela Assembleia em andamento. Essa ação...

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Por favor, eu peço...

O SR. MARCO VINHOLI - Essa ação tem a necessidade e as agências têm a obrigação de honrar os tributos da população do estado de São Paulo e partir para a prática e a efetivação de fato desse planejamento. A Secretaria tem esse papel, a Fundação Seade tem esse papel, o Governo do Estado tem esse papel e vai cumpri-lo de acordo com aquilo que foi programado, com o modelo de renovação do estado de São Paulo.

Eu estou aqui muito confiante desse processo, valorizo, respeito e entendo que o papel fundamental dos funcionários da Emplasa, dos quais, dos 133, 50% aderiram ao PDUI enviado para eles e que, a partir desse processo, aqueles quadros que possam ter um papel estratégico, a gente possa avaliar o aproveitamento, mas o que a gente quer é tirar do papel e da intenção esse planejamento e trazer para a prática ao longo de um curto prazo, ao qual a sociedade clama aqui para o Governo do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, secretário.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Deputado Jorge do Carmo, pela ordem.

O SR. DR. JORGE LULA DO CARMO - PT - Sr. Presidente, eu gostaria muito de ficar até o final desta reunião, mas eu tenho um compromisso fora da Casa. Quero pedir licença e desculpa ao senhor e aos nobres colegas aqui e parabenizar o secretário, agradecer a oportunidade. Eu preciso mesmo sair.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, deputado. Tem, para encerrar então, dois vídeos que eu...

O SR. MARCO VINHOLI - São muito rápidos, eles são de um minuto e meio e quero agradecer aos parlamentares que puderam ficar todo esse período aqui com a gente, de modo geral, todos os presentes. Passar primeiro... pode passar qualquer um dos três, primeiro.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. MARCO VINHOLI - Bom, então esse é o guarda-chuva que integra os três programas em que nós estamos: o Canal Direto, Cidades Inteligente e São Paulo Sem Papel. Agora o São Paulo Sem Papel, de forma rápida e explicativa, como é que vai se dar esse processo.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Só aumenta um pouquinho, por favor.

(Vozes sobrepostas.)

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. MARCO VINHOLI - Muito bem, agora o último vídeo, e daí a gente já finaliza aqui, que é o nosso programa de parcerias.

* * *

- É exibido o vídeo.

* * *

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Secretário, para fazer o encerramento.

O SR. MARCO VINHOLI - Bom, quero agradecer ao presidente Rafa Zimbaldi, aos parlamentares de modo geral, todos aqui na Casa e me colocar à disposição. Parabéns pelo trabalho de todos.

O SR. PRESIDENTE - RAFA ZIMBALDI - PSB - Obrigado, secretário. Obrigado, mais uma vez parabenizo pela excelente explanação. Então, nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *